

Efeito da recessão

A nova oscilação positiva da inflação, que fechou a terceira quadrissemana de março superando a casa dos 25%, podendo encerrar o mês com mais alguns pontos acima, segundo estimativas da própria Fipe divulgadas ontem, reforça os argumentos daquela grande parcela da sociedade que está exigindo do Governo maior pressa na definição do programa econômico. Isto porque, sem diretrizes claras, a economia continuará desorganizada e os seus reflexos nas condições de vida da população se manterão perversos.

A inércia governamental, que apenas tem servido para aprofundar as dificuldades e acelerar o processo de empobrecimento de amplas camadas da sociedade, precisa ceder lugar a medidas concretas e inteligentes, antes que o agravamento dos problemas sociais redunde em conseqüências imprevisíveis.

Os indicadores sociais

no Brasil hoje são preocupantes e, segundo institutos de pesquisas responsáveis, o aprofundamento da recessão aumenta os riscos de comoção social. A ampliação da miséria e a concentração de renda atingem hoje índices sem precedentes históricos e, por isso mesmo, necessitam ser encaradas com mais seriedade pelo Governo.

O Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), por exemplo, mostrou que a concentração de renda cresceu ainda mais na última década, quando 90% da população ficaram mais pobres e os 10% mais abastados ficaram ainda mais ricos. Os números revelam que o país regrediu em termos de indicadores sociais e que a economia entrou em processo vertiginoso de estagnação, penalizando única e exclusivamente a população.

Hoje, no Brasil, 32 milhões de pessoas vivem na completa indigência, um

número maior do que a população da Argentina. Vítimas diretas da recessão, este contingente consegue apenas adquirir uma cesta básica por mês. Em todo o país, conforme o Ipea, este contingente é formado por mais de 9 milhões de famílias, mas no Espírito Santo, segundo o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), ele representa 34,1% da população, podendo se tornar bem maior com o aprofundamento da crise econômica brasileira.

Não há mais tempo, portanto, para protelação de medidas econômicas de largo alcance. Está provado, até mesmo, que as ações assistencialistas que o Governo vem tomando para reduzir o impacto da recessão entre a população mais carente têm efeito restrito e inexpressivo. Resta, assim sendo, ao Palácio do Planalto, sair da perplexidade e ser obstinado na busca de soluções efetivas para a crise. Antes que seja tarde.